

RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS DIFICULDADES NA GESTÃO DE PROCESSOS TECNOLÓGICOS NO TOCANTE AOS DOCUMENTOS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA REDE DE EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria Clarete Heidemann

Felipe Quintão

RESUMO: A presente produção de cunho qualitativo tem por objetivo apresentar o relato de experiência de uma professora no Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais em escolas da rede pública do município de Joinville, localizado no Estado de Santa Catarina. Assegurados pela Constituição Federal de 1988, os alunos com necessidades educacionais especiais têm o direito a educação e a escolarização realizada em classes regulares e ao Atendimento Educacional Especializado de forma complementar ou suplementar a escolarização. Apresentamos nesse relato os documentos criados que dão suporte a todo atendimento bem como a todo o processo/progresso dos alunos em relação a construção de seus conhecimentos no processo de aprendizagem. Como resultado trazemos à tona, por conta desses documentos as necessidades de atualizações na plataforma que se é utilizada na rede pública de educação municipal, tais atualizações dizem respeito ao acesso dos professores do AEE para alimentarem informações referentes a seus alunos e os atendimentos realizados.

Palavras-chave: Gestão de Processos Tecnológicos. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recurso Multifuncional. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Quando paramos para pensar e discutir situações que se referem a educação inclusiva no Brasil e no contexto mundial nos debruçamos sob um universo multifacetado que nos remetem a discussões, datadas dos anos 90, no século XX. Foi a partir de 1990 que se iniciou a construção de bases para uma política de inclusão nos sistemas formais de ensino que traduziam os marcos mundiais da educação inclusiva, entre eles a Conferência Mundial da Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Mas é preciso compreender que não são tais ações que resolvem os problemas de marginalização das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois o processo de exclusão é anterior ao de escolarização.

O preconceito se inicia no nascimento ou exatamente no momento em que percebe-se algum tipo de deficiência física e/ou mental, adquirida e/ou hereditária, em algum membro da família. Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e congêneres e em todas as classes sociais.

Porém, desde seu nascimento, a criança tem o direito de receber acompanhamento, garantido pelo governo. A família por sua vez recebe instruções com a finalidade de garantir que a criança possua possibilidades de ter uma vida com garantia dos seus direitos como as demais crianças. Ao chegar no processo de escolarização, não é diferente, a criança agora aluno, tem o direito de receber um atendimento especializado, diferenciado em consonância com as suas singularidades, trabalhando-as para que suas potencialidades sejam expressas e trabalhadas ainda mais, tanto na sala de ensino regular, quando em qualquer outro ambiente que estiver sendo educado. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais.

Ao pararmos para compreendermos a respeito das concepções de escola inclusiva, percebemos que seus fundamentos são pautados nos reconhecimentos das diferenças humanas ou na aprendizagem que deve ser centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés das imposições que se estabelecem por meio de rituais pedagógicos preestabelecidos que acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade.

Nessa perspectiva, as escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade. A Educação Especial, como modalidade da educação escolar responsável pelo atendimento educacional especializado, organiza-se de modo a considerar a aproximação dos pressupostos teóricos à prática da educação inclusiva, a fim de cumprir dispositivos legais, políticos e filosóficos (BRASIL, 2006, p. 13).

Assegurados pela Constituição Federal de 1988, os alunos com necessidades educacionais especiais têm o direito à educação/escolarização realizada em classes regulares e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar a escolarização, tais atendimentos devem ser realizados preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na escola que o aluno está matriculado, ou outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado.

As SRM são espaços das escolas onde se realizam os AEE com foco em nos alunos com necessidades educacionais especiais nela são desenvolvidas estratégias de aprendizagem centradas em um fazer pedagógico que favoreça a construção do conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. Mas além disso, a SRM é um ambiente de coleta de informações sobre os alunos que correspondem as suas principais necessidades, potencialidades, seu progresso no que diz

respeito ao seu processo de aprendizagem, entre outras informações que se faz necessário para o aprendizado eficaz.

Compreendendo a importância dessas informações, a presente produção relata a experiência de uma professora do AEE que atende nas SRM desde sua implementação na rede municipal de uma cidade do norte do estado de Santa Catarina. O relato mostra a criação de documentos pela professora do AEE, os documentos relatam a trajetória dos alunos no AEE e na sala de SRM, informações importantes que precisam ser conhecidas pela professora regente de classe e professores futuros da escola em questão, informações importantes para a escola, para a secretaria de educação, para os demais profissionais ligados aos atendimentos desses alunos, entre outros. Diante da problemática, como apontar a deficiência no sistema Escola Via Net_EVN da falta de acesso as informações documentais aos professores do serviço AEE? Obviamente o objetivo desse relato de experiência pretende atingir a gestão de processos tecnológicos da necessidade das atualizações documentais no sistema EVN.

O presente relato está assim estruturado: seção 2 apresentamos a fundamentação teórica referente ao AEE nas SRM, na seção 3 descrevemos a metodologia utilizada para a presente produção, na seção 4 apresentamos uma breve descrição da construção profissional da professora do AEE cujo relato se refere, na seção 5 apresentamos as atividades desenvolvidas e os documentos criados em todos os anos de atendimento nas SRM e na seção 6 apresentamos as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando falamos a respeito dos direitos em relação à educação das pessoas com deficiências no âmbito nacional, destacamos as Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que surgiu em 1961, que foi reforçada pela Constituição Federal de 1988. Porém, segundo Franco e Dias (2005), a inclusão realmente só se deu após a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESC, 1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994). Foi a partir desses marcos, que as reivindicações começaram a exigir posturas diferenciadas e uma transformação significativa nas estruturas sociais para que todas as pessoas com deficiências possam ser inseridas em contextos sociais.

Em UNESCO (1990), temos fortemente a reafirmação de um dos pilares da Declaração dos Direitos Humanos, que estabelece e dá direito a educação a todas as pessoas. Tal reafirmação surge com uma nova fala, quando estabelece que todas as pessoas com deficiência necessitam de atenção especial e que é “necessário tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação as pessoas de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrada do sistema educativo” (UNESCO, 1990). Tal fala é reforçada em UNESCO (1994), através da Declaração de Salamanca, uma resolução que aborda temas como os princípios, políticos e práticas da Educação Especial, quando em suas primeiras linhas destaca a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, retratando que tal ação e dever é do Estado, assegurando “que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional” (UNESCO, 1994, p. 1). Muito além de incluir efetivamente o estudante com deficiência, é preciso assegurar que o processo educacional tenha currículos adequados, metodologias de ensino e recursos específicos para atender às diversas necessidades de tais discentes (BRASIL, 1996).

No ano de 2001, apresenta-se a Resolução n. 2/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Básicas da Educação Especial, tal documento então determina que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil/CNE, 2001). Com esta ampliação de matrículas ao ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que os documentos legais e normativos da educação especial no Brasil passem a enfatizar o modo como a escolarização dessa população deve ser implementada.

Dando um norte a implementação no ensino regular de alunos com deficiência, em 2006, o Ministério da Educação publicou o primeiro documento que definia então o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tal atendimento configura-se uma ação do sistema ensino com o objetivo de “acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento” (Brasil, 2006, p. 15).

Ainda se tratando do AEE, em 2008 tivemos a aprovação pelo Decreto n. 6.571/2008 e para a implementação desse decreto, a Resolução CNE/CEB n. 4/2009 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica,

modalidade Educação Especial, que assim fala no artigo 5º, em que o AEE é realizado, prioritariamente,

na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009, p. 2).

Na construção dos conceitos e das atribuições relacionadas ao AEE, tem-se que suas ações devem ser

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 11).

Em relação ao AEE, incentiva-se que o mesmo deve ser realizado nas salas de recursos multifuncionais localizadas na própria escola ou em outra escola de ensino regular. A sala de recursos multifuncionais teve sua implantação como ponto de partida no ano de 2007, quando foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O ambiente deve ser composto por um espaço físico adequado, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos para atender quaisquer necessidades dos alunos. Suas principais funções são:

a) A oferta do atendimento educacional especializado – AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos públicos-alvo da educação especial, no contraturno do ensino regular; b) A organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos; e c) A interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos (BRASIL, 2010).

Destaca-se que, para a realização do AEE é preciso que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha sua matrícula realizada na educação regular e efetue uma segunda matrícula para então receber o AEE. Ainda, fica estabelecido que toda elaboração e a execução do plano de AEE “são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino regular, com

participação das famílias” (BRASIL, 2010, p. 2), aliados ademais serviços como saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Vale destacar que o professor do AEE, deve ter sua formação voltada a área da docência, e sua formação continuada deve ser pautada na busca de conhecimentos específicos que dê suporte para trabalhar com alunos que necessitem de atendimento educacional especializado de modo a se aprofundar na atuação docente de caráter interativo e interdisciplinar tanto nas salas de recursos multifuncionais quando nas salas de ensino regular.

Ainda, segundo Brasil (2008, p. 13), a formação do docente para atender no AEE deve

assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Cabe ao professor do AEE a responsabilidade de assegurar o percurso de escolarização de cada aluno promovendo reuniões com toda a equipe de acompanhamento com a finalidade de favorecer a continuidade e a coerência na execução do plano de atendimento individualizado (MENDES, 2010, p. 54). Para tal continuidade do percurso de escolarização é preciso que os professores do AEE tenham acesso ao diagnóstico e ao prognóstico do aluno com necessidades educacionais especiais, é preciso a realização de uma entrevista com os pais ou responsáveis para o conhecimento de todo histórico de vida desse aluno. Desta forma, é possível aos professores atuais e futuros desses alunos traçar novas estratégias, ou melhorar estratégias já apontadas que favoreçam a estimulação no processo de aprendizagem. Além de dar continuidade a todo um atendimento já realizado por parte de profissionais que o estejam atendendo ou que já o atenderam solicitando relatórios e avaliações para favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais (MACIEL, 2000, p. 55).

Dentro da rede municipal de educação, na cidade localizada no norte do estado de Santa Catarina, ao qual o presente relato de experiência de refere, toda e qualquer informação dos alunos são dispostas em um sistema de gestão escolar chamado Escola Via Net (EVN). Tal sistema adotado nas escolas, abarca diferentes modelos de acesso, sendo eles: administrativo, pedagógico, financeiro e avisos. A parte pedagógica diz respeito a parte em que os professores do AEE têm acesso e nele lhe é dado acesso apenas ao diário informatizado de todos os seus alunos que possuem a segunda matrícula destinada ao AEE. Neste diário informatizado os dados apresentados aos professores do AEE são apenas o nome completo de seus alunos, acesso esse limitado para o bom desempenho de suas atividades.

Atualmente, os professores do AEE possuem documentos criados de autoria própria próprio punho que traduzem toda a trajetória de seus atendimentos, não existe um documento padronizado, ou mesmo uma abertura no EVN para o registro de todo o progresso educacional de cada aluno. Tal falta de espaço abre uma lacuna na gestão de processo referente a toda trajetória educacional de cada aluno com necessidades educacionais especiais. É preciso destacar que os professores não são fixos nas respectivas escolas que estão atuando, existe a possibilidade de mudança/rodízio a qualquer momento, tal mudança pode causar um retrocesso no processo de aprendizagem do aluno atendido no AEE caso o novo professor não tenha acesso a todos os trabalhos, atividades, atendimentos e ações realizadas pelo antigo professor. Vale ressaltar, que os documentos criados são de propriedade pessoal de cada professor, cabendo a esse a disponibilização ou não dos documentos.

Observamos e destacamos a necessidade de mudanças no sistema EVN com base na falta de informação gerada pelo acesso limitado que os professores do AEE possuem em relação ao processo educativo de seus alunos, é preciso agregar novas ferramentas que visem a melhoria do serviço prestado a rede municipal de educação. Desta forma, acreditamos que a gestão de processos, desempenha um papel singular ao formular novos projetos de transformações que melhorem de forma significativa a estrutura do sistema EVN. Compreende-se que todo atendimento realizado pelo AEE deve ser de conhecimento de todos os profissionais que estão envolvidos no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois um atendimento depende do outro para se obter bons resultados no todo. Tem-se que a gestão de processos é

marcada por um grande envolvimento de todos dentro da organização, que pode resultar em uma melhor satisfação dessas pessoas no trabalho; agilidade e andamento das atividades à medida que elas são descritas claramente; no desenvolvimento de habilidades, bem como no aumento da autoridade e autonomia individual (ROTONDARO, 2005).

Compreendendo a necessidade de que todos devem estar envolvidos, levantada a necessidade de uma maior participação dos professores do AEE na gestão de processos no que diz respeito a documentação de todo o processo educativo dos alunos no sistema EVN com a finalidade de criar um histórico que sirva como meio de consulta/pesquisa para novos professores, assim como uma bússola direcionaria para quais caminhos já foram trilhados e quais devem seguir para agregar ainda mais ao processo educacional de tais alunos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa de cunho qualitativo, apresenta um relato de experiência referente a prática docente de uma professora¹ no AEE nas salas de recursos multifuncionais. Tal relato, refere-se a um período temporal de nove anos de 2011 a 2020, que corresponde ao exercício da prática docente dessa professora na rede municipal de ensino. Para reflexões na presente produção, foi utilizada uma análise documental referente a leis/decretos/normativas no que diz respeito ao AEE na sala de recursos multifuncionais e da educação da rede municipal de ensino da referida cidade na qual o relato de experiência se refere, a fala ativa da professora e seu diário de bordo².

O relato de experiência se caracteriza como uma produção textual que reúne diversos elementos que são descritos através de uma retratação de uma experiência vivida. Ele é considerado um texto de grande importância pois tem aqui a função de contribuir de forma relevante para a área de atuação estudada, neste caso, o AEE nas salas de recursos multifuncionais.

No relato de experiência, o autor traz à tona diversas motivações e metodologias que descrevem as ações tomadas em relação ao relato de determinada experiência, considerando impressões vivenciadas pela pessoa que a viveu, assim como outros aspectos que possam impactar de alguma forma no relato (PROJETO ACADÊMICO, 2019).

A presente pesquisa se caracteriza por qualitativa por considerar a sala de recursos multifuncionais o ambiente natural e fonte direta da coleta de dados que aqui serão refletidos, além de considerar o pesquisador o instrumento-chave de toda experiência que será apresentada através da análise de seus dados de forma indutiva, dados estes oriundos pelo contato direto com o ambiente natural em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013). Ainda, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), na pesquisa qualitativa “os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto”. Ainda, em Santos (2018), o autor afirma que o viés qualitativo proporciona uma visão mais aprofundada sobre novas compreensões e abordagens gerando possibilidade para novas investigações.

1 Trata-se do relato de experiência da prática docente da primeira autora.

2 O diário de bordo utilizado para as análises se refere a anotações, observações, reflexões, frustrações, documentos autorais para registros de acontecimentos e progressos no processo de ensino e de aprendizagem, entrevistas com familiares dos alunos, relatórios do AEE, relatórios da sala de aula regular, entre outros. Tais dados foram se constituindo desde o início da prática docente no ano de 2011, quando a professora iniciou suas atividades na cidade situada no norte do estado de Santa Catarina. Vale destacar que todos os documentos são de autoria própria e de propriedade particular da professora.

Ao olharmos o diário de bordo, consideramos ele um instrumento de registros escritos do professor para documentar a sua prática, os acontecimentos no dia a dia escolar. Nele também podem conter seus sentimentos, preocupações, frustrações, conquistas, bem como falas relacionadas aos seus alunos, as atitudes tomadas em sala pelos alunos, as propostas de ação para as atividades realizadas, os conteúdos trabalhados, reflexões e propostas futuras. Em Zabalza (1994), podemos compreender a importância que o autor dá ao diário de bordo quando diz que o principal sentido do diário de bordo é a possibilidade dele se converter em espaço narrativo do pensamento do professor e isso indica que o fato de escrever sobre sua própria prática leva ao professor o aprender sobre a sua narração. Para o autor, ao narrar sobre o que se passou recentemente, o professor se reconstrói linguisticamente e também em nível do discurso prático e da atividade profissional.

4 A CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

No ano de 2001, com 35 anos de idade, dando um novo rumo a carreira profissional adentrei-me na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) no curso de Licenciatura em Pedagogia. Durante o curso houve grande interesse nas disciplinas da área de Educação Especial, com isso dedicação a leituras relacionadas a área e visitas na Fundação Catarinense de Educação Especial, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville (APAE), Associação de Amigos do Autista de Joinville (AMA) e Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais (AJIDEVI). Ao término da graduação no ano de 2005 realiza-se o concurso público na cidade de Joinville/SC para a área da Educação, voltado para séries iniciais, na aprovação assumi-se uma vaga na APAE, já na área da Educação Especial.

As atividades na APAE foram realizadas de 2005 até 2010, como Professora da área da Educação Especial. Entre as ações, estavam a criação de planejamentos, regência e aplicação de atividades pedagógicas com os educandos. Também realizava-se o acompanhamento das atividades de áreas, como Educação Física, Informática, Artes, Oficinas entre outros. Realizando-se a coautoria na elaboração do Projeto Político Pedagógico, na elaboração, montagem e aplicação dos projetos de Oficinas de Panificação, Horta Acessível e Sustentável e Papel Reciclado. Tais atividades trouxeram grande experiência na área fazendo-se interessar cada vez mais pelo aperfeiçoamento e especialização.

Em 2008, busca-se um conhecimento mais específico, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e Complementação Pedagógica em Educação Especial, na modalidade a distância da Faculdade de Pinhais para obter a habilitação em Educação Especial, tal curso foi concluído em 2010. Tal curso possibilitou um aprofundamento maior na área da Educação Especial nas especificidades de deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual (que na época era deficiência mental) e transtorno global do desenvolvimento.

Na continuação do aperfeiçoamento na Educação Especial, em 2010 deu-se início a uma pós-graduação, uma Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal do Ceará, na modalidade a distância. Tal curso foi solicitado pela Secretaria Municipal de Educação de Joinville/SC como requisito para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais como Professora do AEE.

5 A TRAJETÓRIA NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A partir do ano 2007, quando as salas de recursos multifuncionais foram implantadas, as escolas da rede pública de Santa Catarina se empenharam para que o estado cumprisse todas as normativas em todas as suas cidades. A cidade de Joinville/SC então começa um trabalho especial identificando escolas que necessitam da implantação das Salas de Recursos Multifuncionais com maior urgência e direcionando professores para qualificações/formações necessárias para atenderem como professores do AEE.

Durante o ano de 2011, viu-se a necessidade de implantação da Salas de Recursos Multifuncionais na região de Pirabeiraba, um bairro que possui muitas Escolas do Campo por ser situado em uma parte rural da cidade. A implantação foi realizada na Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke. Tal atendimento seria direcionado para os alunos da escola e demais alunos matriculados em 19 outras escolas municipais da região consideradas Escolas do Campo. Por falta de estrutura física para receber a SRM, o Centro de Educação Infantil (CEI) Cachinhos de Ouro, localizado próximo a escola, cedeu uma sala para implementação da SRM e realização dos primeiros atendimentos e atividades. Mas, com a realização de uma auditoria do Ministério da Educação, a SRM teve que ser mudada para a Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke, pois em todos os documentos relacionados a sua implementação estavam o da Escola Agrícola.

Por se tratar da implementação de algo novo, foi-se criando uma identidade para a SRM e para o AEE. Duas eram as formas dos alunos iniciarem seus atendimentos na SRM. Um deles era quando já com laudo, a família matriculava o aluno no ensino regular e já efetuava sua segunda matrícula para atendimento na sala de recursos multifuncionais no AEE. Outra, era quando os professores do ensino regular percebendo no estudante alguma dificuldade nos processos de ensino e aprendizagem, encaminhavam um documento (anexo 01) com informações dos alunos para a Professora³ do AEE identificar a necessidade ou não da segunda matrícula, tal atestado era realizado mediante um diálogo com a família e encaminhamento para profissionais da saúde para a realização de algum laudo, caso necessário. Caso o aluno obtivesse o laudo, era apresentado o AEE nas SRM e a família era convidada a realizar a segunda matrícula.

Com o aluno matriculado no AEE, inicia-se o processo de investigação referente a necessidade específica do estudante. Para maior organização, a Professora do AEE decidiu criar uma pasta para cada aluno, esta pasta conterá todas as informações referentes a qualquer ação que seja tomada relacionada ao aluno durante todo o período de atendimento na escola, nas SRM com os AEE, informações vindas dos profissionais da saúde que realizam o acompanhamento do aluno, entre outros.

Um primeiro passo para compreender a realidade do aluno é a realização de uma entrevista com a família com a finalidade de compreender a vida desse aluno antes da escola. A Professora do AEE criou então um documento (anexo 02) para poder registrar tais informações, neste documento são obtidas informações relacionadas a moradia, contatos dos familiares, rotina familiar, entre outros. Algumas perguntas são mais específicas pois dizem respeito direto ao AEE, são elas relacionadas a: Gestação e parto; Desenvolvimento biopsicossocial; Estrutura familiar; e Histórico de doença na família. Neste documento também coletam-se informaçoes referentes ao Histórico Escolar do aluno.

O AEE não   obrigatório, sendo assim, a Professora do AEE criou um formulário chamado de “AEE – Termo de Ciência para pais ou responsáveis”. No formulário os pais apresentam o conhecimento do atendimento AEE e autorizam (anexo 03) seus filhos a frequentarem a SRM ou renunciam (anexo 04) ao AEE. Caso os pais não aceitem o AEE, precisam relatar os motivos que os levam a tomar tal decisão. O documento é anexado aos demais documentos do aluno referente a matrícula no ensino regular.

3 Ao utilizarmos na seção 5 o termo Professora do AEE, sendo a palavra professora escrita com a primeira letra maiúscula, significa que estamos relatando aoes/atividades/experiências vividas pela primeira autora desta produção tendo como objetivo principal destacar documentos de criação autoral.

Dando continuidade, a Professora do AEE criou uma Ficha de Acompanhamento (Anexo 05), o documento pode ser considerado como um diário de acompanhamento, contendo as informações iniciais relacionadas a investigação das necessidades específicas do aluno, descrevendo o motivo do encaminhamento para o AEE, quais suas habilidades e potencialidades na sala de aula de ensino regular, quais suas principais dificuldades nas aulas de ensino regular, quais recursos e estratégias estão sendo utilizadas pelos professores da sala de ensino regular para o processo de ensino e de aprendizagem desse aluno. Tais informações se referem a um diagnóstico inicial dos alunos para que a Professora do AEE passe para o próximo passo que é um estudo de caso de cada aluno que será atendido na SRM.

Ao compreender o diagnóstico do novo aluno para o AEE na SRM a Professora do AEE realiza um estudo de caso (anexo 06 e 07) para então realizar a construção do “Plano de Atendimento Educacional Especializado” (anexo 08). O estudo de um caso deve ser realizado de forma ampla com todas as informações possíveis compreendendo as potencialidades, dificuldades de cada aluno para então ser capaz da criação de um plano de atendimento que favoreça os processos de ensino e de aprendizagem de cada aluno atendido na SRM pelo AEE. É preciso descrever o contexto educacional ao qual o aluno está inserido.

A coleta de dados para este estudo de caso é realizada com observações diretas em sala de aula do ensino regular, entrevistas, gravações, avaliação escrita, análise de documentos, pareceres pedagógicos (caso traga de outra escola) e clínicas, entre outros. Ainda, no estudo de caso, é possível identificar se o aluno necessitará de um acompanhamento com algum profissional da área da saúde. O incômodo, a falta de socialização, a falta de interesse, a falta de concentração, a perda parcial ou total dos sentidos dificulta o processo de aprendizagem e por isso se faz necessário que o atendimento a este aluno seja realizado de forma colaborativa entre o professor do AEE e o profissional da saúde.

Com todas essas informações, pedagógicas e/ou clínicas é possível realizar a construção de um plano de atendimento que venha atender as necessidades educacionais do aluno. Para os profissionais da área da Educação Especial, levar em consideração todas as conquistas dos alunos atendidos na SRM pelo AEE. O avanço pode ser pequeno, ou pode ser grande, porém ambos são ricos de experiências e de informações relacionadas ao processo de aprendizagem dos alunos. E para que esses avanços fiquem registrados a Professora do AEE construiu um documento tido como registro (anexo 09) para descrever todos os atendimentos realizados na SRM. São registrados os dias de atendimento, as atividades (qual atividade, como deve ser desenvolvida, se ocupa ou não materiais complementares, se individual ou em grupo, entre outros) e a anotação de observações relacionadas a todas as ações do aluno durante essas atividades.

Vale destacar que todos os documentos citados acima são de autoria e propriedade da Professora do AEE. OS documentos apresentados nos anexos são as versões finais, dos documentos que foram surgindo durante os anos de experiência da docente. Como já citado, a implantação era novidade e por causa disso exigiu além da parte pedagógica da Professora do AEE, exigiu conhecimentos administrativos, de organização, de planejamento, de execução, de criação, entre outros. Além da criação dos documentos, também eram de propriedade da Professora do AEE todos os materiais pedagógicos utilizados para a implementação da SRM na Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke. Ao AEE na SRM, pelo Ministério da Educação foram oferecidos apenas uma mesa redonda, quatro cadeiras, dois computadores e um armário.

Na região do bairro de Pirabeiraba, na cidade de Joinville/SC, foi preciso atender mais do que apenas os alunos da Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke. A região, em 2011 possuía 19 outras escolas, consideradas escolas do campo e para atender os alunos dessas escolas a Professora da AEE de forma organizada/agendada se deslocava até as escolas do campo. É preciso destacar, que nestas escolas do campo não existia as SRM e os AEE eram realizados muitas vezes no pátio, na sala de direção, na sala de professores entre outros, nos dias de atendimento era preciso identificar quais salas não seriam utilizadas para então equipá-las com os materiais pedagógicos para os atendimentos.

No ano de 2018, a Professora do AEE solicitou uma transferência de escola, por motivos familiares, a necessidade de uma assistência maior aos seus pais a trouxe então para a Escola Municipal Prefeito Geraldo Wetzel, na qual atua até o tempo presente, localizada na zona sul de Joinville/SC em uma região urbanizada. A escola possuía uma SRM, porém estava a aproximadamente dois anos sem o AEE, neste momento a SRM estava sendo utilizada como depósito para inúmeros objetos da escola. O trabalho realizado pela Professora do AEE foi de revitalização da SRM na escola e dar início novamente ao AEE.

O trabalho desempenhado em 2018 pela Professora do AEE na nova escola pode ser considerado parecido ao mesmo que foi realizado em 2011 quando implantou a SRM na Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke. Porém, neste momento com uma maior facilidade por ter em mãos documentos que norteiam toda a recepção dos alunos e familiares para o atendimento nas SRM com o AEE, que direcionam com maior agilidade o estudo de caso de cada aluno e que geram maior acompanhamento das necessidades de cada alunos nas SRM. Ressaltamos que, pela organização dos documentos e informações dos alunos, demais professores do AEE solicitaram a Professora do AEE os documentos por ela criados para terem um norte nos atendimentos nas suas respectivas escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para o processo de Formação Docente, compreendemos a necessidade de falarmos de um futuro professor que tenha autonomia de construção no seu Ser Docente, mas, muito além dessa autonomia, falamos de futuros professores que exerçam a profissão docente com muita responsabilidade compreendendo todas as reais necessidades, não apenas de seu aluno, mas as necessidades do meio em que está inserido para o se fazer docência.

Ao olharmos para a trajetória da Professora do AEE, que logo após o início de sua carreira na docência se deparou com algo novo, as Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado. Ela compreendeu a necessidade dos alunos, do ambiente em que estava inserida, e foi além, compreendeu a necessidade dos demais amigos professores que também realizavam o AEE nas SRM em outras escolas. Sua ação foi de fornecer todos os documentos que criou para auxiliar os atendimentos dos demais professores em suas respectivas escolas.

Além de auxiliar outros profissionais, compreendeu a grande necessidade de ter essas informações na plataforma EVN. Tal ação foi realizada levando inúmeras sugestões, reclamações e necessidades referentes a utilização da plataforma EVN pelos professores do AEE nas SRM para a Secretaria Municipal de Educação. Depois de muitas tentativas, os professores do AEE receberam acesso a uma parte da plataforma, infelizmente sem nada poderem acrescentar, nela continha apenas os dados do aluno e informações referentes a sua matrícula na turma regular.

Infelizmente, essas informações liberadas ainda são insuficiente para se obter informações dos alunos atendidos no AEE, e um longa jornada de sugestões, reclamações e inquietações foram realizadas pela Professora do AEE e pelos demais professores que atendem nas demais SRM. Em 2019, uma nova atualização na plataforma foi realizada em relação ao acesso dos professores do AEE, agora foi liberado o acesso ao diário informatizado dos alunos, mas as informações apresentadas ali diziam respeito a sala regular e não aos atendimentos realizados nas SRM. Ou seja, uma nova atualização que não atende a real necessidade dos professores do AEE nas SRM.

A presente produção, deseja além de destacar a criação dos documentos pela Professora do AEE a importância dessas informações estarem contidas na plataforma EVN no cadastro do aluno, destacar que no cadastro seja possível identificar sua trajetória no ensino regular, mas também sua trajetória no que diz respeito ao AEE. É preciso compreender que o sucesso e o progresso no processo de ensino e de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais diz respeito a um trabalho cooperativo e colaborativo entre professores regulares, professores do AEE, todo o corpo de direção da escola cujo aluno está matriculado, família e Secretária Municipal de Educação.

É preciso compreender que para o planejamento de uma ação com os alunos nas SRM depende do seu sucesso nos demais atendimentos e atividades realizadas anteriormente. Diante disso, se levanta a principal questão, todos os documentos criados pelos professores do AEE são de propriedade suas, logo quando acontece uma troca de professores nas escolas, os que saem levam consigo tudo o que lhes pertence, inclusive seus documentos, pois estes são documentos que provam a realização de suas atividades, são dados para pesquisas e revisão de experiências vividas para gerar novas atividades.

Se os registros dos alunos não estão na escola, pergunta-se com a chegada de um novo professor do AEE como o mesmo irá obter informações dos alunos e assim iniciar com o devido atendimento? De que forma estes professores darão continuidade as atividades? Como saberão quais barreiras já foram quebradas? Quais estavam por ser quebradas? E quais necessitariam ainda de muito trabalho para se quebrar? Como esses novos professores saberão das potencialidades e das dificuldades dos seus alunos? E aqui, podemos levantar inúmeras outras questões.

Tais perguntas nos mostram um retrocesso na trajetória escolar dos alunos atendidos nas SRM pelo AEE. Cabe ao novo professor do AEE garimpar todas as informações e iniciar um processo de atendimento onde várias ações se repetirão causando desconforto para a família, para o aluno, para os demais profissionais que atendem esse aluno e até para a sua carreira docente.

É preciso e com urgência realizar novas atualizações na plataforma EVN e junto delas a criações de documentos disponíveis para que os próprios professores do AEE os alimentem com informações referentes aos atendimentos, aos progressos, as dificuldades e demais acontecimentos relacionados aos alunos nas SRM. Dessa forma, essas informações contidas nos documentos seriam de propriedade da Secretaria Municipal de Educação que poderia realizar

inúmeras pesquisas com tais dados coletados criando a possibilidade de novos cursos de formação docente para os professores do AEE e para professores das turmas regulares também. Poderiam compreender de que forma se apresenta o cenário de atendimento nas SRM identificando assim potencialidades e dificuldades a serem trabalhadas buscando suprir necessidades.

Poderíamos passar discutindo por intermináveis folhas os benefícios de se ter essas informações na plataforma EVN, mas infelizmente não as temos e com isso podemos ver os professores do AEE limitados em seus trabalhos sem possibilidades de progredirem em alguns aspectos por falta de informações de seus respectivos alunos. Com isso, finalizamos nossa fala destacando a necessidade de pesquisas relacionadas ao viés de possuímos mais informações na plataforma EVN e a necessidade de grandes atualizações de forma urgente na gestão de processos tecnológicos no que diz respeito a rede pública de ensino.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CEB n. 1, de 11 de setembro de 2001, que institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Sala de recurso multifuncional: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009, Institui Diretrizes Operacionais para o **Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. In: **Revista Benjamim Constant**, Rio de Janeiro/RJ, n. 30, abr., 2005.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. In: **São Paulo Perspectiva**, São Paulo/SP, vol.14, n.2, 2000.

MENDES, E. G. A Escolarização de Crianças e jovens com deficiências na França e a perspectiva da inclusão escolar. In: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A. (Org) **Das margens**

ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva, Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROJETO ACADÊMICO. **Relato de Experiência: veja como fazer, modelo e exemplo pronto**. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://projetoacademico.com.br/relato-de-experiencia/>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

ROTONDARO, Roberto Gilioli. Gerenciamento por processos. In: CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade teoria e casos**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005.

SANTOS, G. M. T. **A qualidade da educação superior e a pedagogia universitária: um olhar sobre a docência**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.

UNESC. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. J omtien, Tailândia, UNICEF, 1990.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula. Contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores**. Porto: Porto Editora, 1994.

8 APÊNDICES

Apêndice 01

ENCAMINHAMENTO DO PROFESSOR DE SALA PARA O AEE

1. Identificação

Unidade de Ensino: _____
Professor(a): _____
Nome: _____
D.N.: _____ Idade: _____ Período/Ano: _____ Turno: _____

2. Necessidade Específica do Estudante

Altas Habilidades/Superdotação ()
Deficiência Auditiva ()
Deficiência Física ()
Deficiência Intelectual ()
Deficiência Visual ()
TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento ()
Outros _____

3. Motivo do encaminhamento

4. Habilidades/potencialidades do estudante

5. Principais dificuldades

6. Recursos e estratégias que está utilizando com o(a) estudante

Data: ____/____/____ Assinatura do(a) professor(a) _____

Apêndice 02

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ENTREVISTA FAMILIAR

1. Dados de Identificação

Nome: _____
D.N.: ____/____/____ Idade: ____ Sexo: () M () F
Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
Escola onde estuda: _____
Período/Ano: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Fone: _____
Filiação:Pai: _____ Profissão: _____
Mãe: _____ Profissão: _____

2. Histórico Escolar:

- Ingressou na escola com que idade? _____
- Já foi retido? _____
- Quais as dificuldades que encontra na escola? _____

- Há alguma queixa por parte da escola? _____

3. Gestação e parto

4. Desenvolvimento biopsicossocial

5. Estrutura familiar

6. Histórico de doença na família

Data: ____/____/____

Professora do AEE

Pai e/ou responsável

Apêndice 03

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TERMO DE CIÊNCIA PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Eu, _____, responsável pelo estudante _____, da Escola Municipal _____, estou ciente de que o(a) meu(minha) filho(filha), além frequentar a sala regular frequentará o atendimento educacional especializado, no horário oposto das aulas, na Escola Municipal _____, em dias e horários combinados com professor de AEE. Estou ciente que o AEE, conforme determina a legislação vigente, é um direito do(a) meu(minha) filho(filha) e responsabilizo-me pela frequência ao mesmo.

Joinville/SC, de ____ de _____ de _____.

Assinatura pais e/ou responsáveis

Apêndice 04

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE TERMO DE CIÊNCIA PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS

Eu _____, responsável
pelo estudante _____, da
Escola Municipal _____, estou ciente de que
meu(minha) filho(a), além de frequentar a classe regular, tem direito ao atendimento
educacional especializado na Escola Municipal _____, porém
desisto da vaga no AEE, em razão dos motivos:

_____.

Joinville/SC, _____ de _____ de _____

Assinatura pais e/ou responsáveis

Apêndice 05

Escola _____
Professora _____ do _____ AEE

REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO

1. Identificação

Unidade de Ensino: _____

Professor(a): _____

Auxiliar/Monitor: _____

Nome: _____

D.N.: ____/____/____ Idade: ____ Período/Ano: ____ Turno: ____

Mãe: _____ Pai: _____

Endereço: _____

Contatos: _____

2. Deficiência: _____ CID: _____

Outras necessidades específicas: _____

3. Atendimento – Área Clínica: Médicos/Terapias

Nome Profissional	Especificidade	Local do Atendimento	Atendimento Dia/Horário

4. Medicamentos

Nome	Dosagem	Ho ra	Observações

Apêndice 06

PARTE 01 - ROTEIRO PARA PROPOSIÇÃO DE UM CASO

A proposição do caso não deverá abordar apenas entrevista familiar, o encaminhamento do professor da sala regular, o tipo de eficiência do aluno ou dados clínicos a seu respeito. Ele deverá conhecer e descrever o contexto educacional ao qual está inserido o aluno, abordando suas dificuldades, habilidades, desejos, preferências, entre outras questões relacionadas ao seu cotidiano escolar.

A coleta de dados para a descrição do caso pode ser feita por meio de observações diretas, entrevistas, gravações, avaliação escrita, análise de documentos, pareceres pedagógicos e clínicos, entre outros. Esse material também é importante para a 2ª. Etapa do estudo de caso: análise e clarificação do problema.

As questões têm por objetivo orientar o professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE para propor um caso. Trata-se de um roteiro e, portanto, o professor irá utilizá-lo sem a preocupação de responder pontualmente às perguntas e nem mesmo limitar-se a elas.

A coleta de dados para a descrição do caso pode ser feita por meio de observações diretas, entrevistas, gravações, avaliação escrita, análise de documentos, pareceres pedagógicos e clínicos, entre outros. Esse material também é importante para a 2ª. Etapa do estudo de caso: análise e clarificação do problema.

A - Informações referentes ao aluno: idade, série, escolaridade, tipo de deficiência, outros.

B - Informações coletados do/sobre o aluno:

- O aluno gosta da escola?
- Tem amigos?
- Tem um colega predileto?
- Quais as atividades que ele gosta mais de fazer?
- Para ele, que tarefas são mais difíceis? Por quê?
- O aluno é capaz de expressar suas necessidades, desejos e interesses? De que maneira?
- O aluno costuma pedir ajuda aos professores? Por quê? Qual é a opinião do aluno sobre seus professores?
- Por que ele acha importante vir à escola e estudar nela?
- Está satisfeito com os apoios (material pedagógico especializado, equipamentos, informática acessível, intérprete, outros atendimentos) que dispõe no momento? Desejaria ter outros? Quais?

C - Informações coletadas da/sobre a escola:

- O aluno participa de todas as atividades e interage em todos os espaços da escola? Como? Se não participa, por quê?
- Das atividades propostas para a turma, quais ele realiza com facilidade e quais ele não realiza ou realiza com dificuldades? Por quê?
- Como é a participação do aluno nas atividades propostas à sua turma? Participa das atividades integralmente, parcialmente ou não participa?
- Quais são as necessidades específicas do aluno, decorrentes da deficiência? Quais são as barreiras impostas pelo ambiente escolar?

- Que tipo de atendimento educacional e/ou clínico o aluno já recebe e quais são os profissionais envolvidos?
- O que os professores pensam sobre interesses e expectativas do aluno em relação à sua formação escolar?
- Como é esse aluno do ponto de vista social, afetivo, cognitivo, motor, familiar e outros?
- Qual a avaliação que o professor de sala de aula faz sobre o desempenho escolar desse aluno?
- Quais as preocupações apontadas pelo professor de sala de aula e quais os apoios que ele sugere para que o aluno atinja os objetivos educacionais traçados para sua turma?
- Como a comunidade escolar percebe a interação do aluno com seus colegas de turma?
- Quais as expectativas escolares do professor em relação a esse aluno?
- Quais são as principais habilidades e potencialidades do aluno, segundo os professores?
- Qual é o motivo que levou o professor de sala de aula solicitar os serviços do AEE para esse aluno?
- A escola dispõe de recursos de acessibilidade para o aluno, tais como: mobiliário, materiais pedagógicos, informática acessível, outros? Quais os recursos humanos e materiais de que a escola não dispõe e que são necessários para esse aluno?
- Quem avaliou os recursos utilizados por esse aluno? Eles atendem às suas necessidades?
- Como é o envolvimento afetivo, social da turma com o aluno?
- Qual é a opinião da escola (equipe pedagógica, diretor, professores, colegas de turma) sobre seu desenvolvimento escolar?

D. Informações coletadas da/sobre a família:

- Qual é a opinião da família sobre a vida escolar do aluno?
- A família se envolve com a escola? Participa de reuniões, de comemorações entre outras atividades da escola?
- Tem consciência dos direitos de seu filho à educação inclusiva? Exige a garantia de seus direitos?
- A família identifica habilidades, necessidades e dificuldades na vida pessoal e escolar do aluno? Quais?
- Quais as expectativas da família com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho?

Atenção: Para complementar as informações coletadas com a família, sugere-se o preenchimento do Formulário Entrevista Familiar.

Apêndice 07

PARTE 02 – ROTEIRO PARA ESTUDO DE CASO

Avaliação Pedagógica

1. Dados de Identificação

Nome: _____
Data de Nascimento: _____ Sexo: () M () F
Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
Escola onde estuda: _____ Período/Ano: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Fone: _____

- **Lateralidade**
 - Domina os conceitos de direita e esquerda em si?
 - Domina os conceitos de direita e esquerda no objeto?
- **Orientação Espacial**
 - Domina os conceitos básicos (em cima/embaixo, perto/longe, frente/atrás...) - Tem noção de espaço no ambiente?
 - Tem noção de espaço no papel? Respeita os limites?
- **Orientação Temporal**
 - Domina conceitos de cedo/tarde, presente, passado e futuro, reconhece dia, mês e ano...
- **Percepção Visual**
 - Identificação de cores
 - Percepção figura-fundo
 - Percebe a diferença no formato das letras e números
- **Percepção Auditiva**
 - Reconhece os diferentes sons do ambiente (campainha, telefone, carros na rua, entre outros)?
 - Reconhece o som dos animais, instrumentos musicais?
 - Diferencia o som das letras?
 - Percebe o som de uma música e é capaz de reproduzi-la?
- **Expressão Oral**
 - Fala?
 - É capaz de expressar sentimentos (dor, medo, alegria, prazer...)?
 - É capaz de apresentar sequência lógica de ideias?
- **Expressão Escrita**
 - Reconhece as letras?
 - Qual o nível de escrita?

- **Leitura**
 - Faz diferença entre a escrita e a imagem?
 - Reconhece as letras?
 - Faz relação letra x som?
 - Lê letra por letra?
 - Lê sílaba por sílaba?
 - Palavra por palavra?
 - Lê frases com significado?
 - Lê texto com significado?

- **Raciocínio Lógico Matemático**
 - Reconhece as formas geométricas?
 - Faz contagem numérica?
 - Faz relação número x quantidade?
 - Efetua as operações fundamentais?
 - Faz reversibilidade?
 - Faz cálculo mental?
 - Utiliza os conceitos e operações matemáticas em situações cotidianas?

- **Relações Pessoais**
 - Relaciona-se bem com todos do seu convívio social?
 - Prefere ficar em grupo ou isolado?
 - Relaciona-se melhor com pessoas mais novas, mais velhas ou de mesma idade?

- **Relação Interpessoal**
 - Nível de tolerância à frustração?
 - Autoestima

- **Concentração**
 - Consegue permanecer concentrado nas atividades propostas?
 - Em quais atividades permanece mais tempo concentrado?

Apêndice 08

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Unidade Escolar: _____
Estudante: _____
D.N.: _____ Idade: _____ Período/Ano: _____
Deficiência: _____

1. Objetivos do Plano de AEE

Áreas específicas a serem trabalhadas, abrangendo aspectos avaliados no Estudo de Caso (percepção, linguagem, função motora, situação sócio emocional e familiar).

2. Organização do atendimento

Período de execução do Plano de AEE: _____
Início em: _____ Término em: _____

Frequência semanal

Modalidade de atendimento

() 1 vez por semana

() Atendimento individualizado

() 2 vezes por semana

() Atendimento em grupo

Dia da semana que frequenta: _____

Horário e duração do atendimento: _____

3. Descrição das ações

Ações de atendimento em relação à equipe escolar e família	Atividades	Recursos / Adequações	Prazo	Responsável

4. Parcerias para o aprimoramento do AEE

5. Resultados esperados com a aplicação do plano

6. Avaliação dos resultados: Avaliação no decorrer da execução do plano, com registros das mudanças observadas no contexto escolar

7. Outros atendimentos necessários (indicar encaminhamentos complementares e outros)

Observação: O Plano de AEE deverá ser reestruturado sempre que necessário (implementar outros recursos, estabelecer novas parcerias e outros)

